

Talitta Tatiane Martins Freitas  
Organizadora



BAKARU E CULTURA BOE  
ANCESTRALIDADE E DIVERSIDADE  
INDÍGENA

HCI  
HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS

Talitta Tatiane Martins Freitas

Organizadora

# Bakaru e cultura Boe

## Ancestralidade e diversidade indígena



2025

Copyright® 2025 –Talitta Tatiane Martins Freitas  
Direitos de Publicação reservados aos autores  
[www.podcastconexos.com](http://www.podcastconexos.com)  
Comissão Técnica  
Tatiane Martins – Editoração Eletrônica e Capa  
Mariah Eduarda Barbosa Santos – Produção de Arte Gráfica  
Revisado conforme o Novo Acordo Ortográfico  
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos  
e/ou eletrônicos, sem a atribuição de autoria.  
Publicação independente e gratuita. Proibida a venda ou reprodução comercial.

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H87

Bakaru e cultura Boe: Ancestralidade e diversidade indígena /  
[Org.] Talitta Tatiane Martins Freitas  
Rondonópolis: [Sn], 2025.  
ISBN: 978-65-01-40076-1  
1. História cultural. 2. História Indígena. 3. Linguagens.  
I. Freitas, Talitta Tatiane Martins Freitas. II. Título.  
CDD 306

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. História cultural 2. Linguagens

O futuro é ancestral e a humanidade precisa aprender com ele a  
pisar suavemente na terra.

Ailton Krenak

# Sumário

Prefácio .....	01
Trajetória de uma professora extensionista .....	03
Apresentação .....	06
Descobrindo Nossas Raízes: a importância da Lei 11.645 na educação .....	08
Resistência, sabedoria e ancestralidade .....	11
Boe... .....	16
TI Perigara .....	20
TI Tereza Cristina .....	22
TI Jarudore .....	23
TI Tadarimana .....	25
TI Meruri .....	27
Mas, afinal, o que é Bakaru? .....	30
Referências .....	50

# Prefácio

O povo Bóe Bororo tem uma tradição milenar de ouvir e contar Bakaru (histórias), uma tradição que fortalece a identidade cultural e mantém viva na memória a conexão do povo com o mundo material e espiritual. O Bakaru em movimento é capaz de atravessar tempos e de se manter vivo ao longo de gerações.

Através do Bakaru, o Bóe entende, comprehende, aprende, ouvi e reconhece a realidade do mundo material e espiritual na sua completude. Contar e ouvir Bakaru é uma forma de unir os mais novos em torno dos anciões e anciãs em busca de se comprehender e comprehender a vida na sua ordem natural e assim a vida segue preservando valores e cultivando o bem viver do povo Bóe com a natureza e com mundo espiritual.

Nesse sentido, alguns Bakaru presentes neste livreto são formas que os Bóe tem de se educar e explicar as relações de vida no mundo, ou seja, as relações que existem entre os membros da etnia, do povo com a natureza, com os animais, com os peixes, com o vento, com a terra, com o cosmo e também são formas tradicionais de educação Bóe em transmitir os ensinos, os conhecimentos e as sabedorias para as presentes e futuras gerações do povo Bóe.

Este livreto é fruto de um trabalho construído com muito carinho, dedicação e amor pela professora e pelos(as) seus(suas) estudantes na disciplina extensionista “História e Culturas dos Povos Indígenas”, do curso de História da UFR. Organizado pela professora da disciplina,

a Dra. Talitta Tatiane Martins Freitas, os(as) estudantes elaboraram este importante livreto que servirá como guia seguro para aqueles(as) que desejam conhecer a diversidade de modos de ser e viver dos povos indígenas, tendo como início dessa importante jornada do saber o povo Bóe, como fonte para conhecer a diversidade cultural das etnias indígenas do Brasil.

Portanto, é com muita alegria que desejo que este belíssimo trabalho, e o empenho dos(as) realizadores, seja bem aproveitado pelas escolas e por todos(as) que se interessarem pelos valores e conhecimentos ancestrais e milenares dos povos indígenas e, em especial, o povo Bóe Bororo.

Adriano Boro Makuda  
Professor e pesquisador, Boe Bororo

---

Graduado em Direito, Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico, Mestre em Antropologia, ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Coordenador Indígena de Saberes Indígena do núcleo da Universidade Federal de Rondonópolis-UFR, professor e pesquisador indígena.

# Trajetória de uma professora extensionista

Profa. Dra. Talitta Tatiane Martins Freitas

Se você está lendo esse livreto é sinal que, ao final de meses de preparação, o projeto extensionista da disciplina “História e Culturas dos Povos Indígenas” deu certo! E ficamos muito felizes que possamos, finalmente, compartilhar parte dos conhecimentos construídos durante essa trajetória transformadora e desafiante. Transformadora por possibilitar reconhecer, e modificar, a nossa ignorância (ou parte dela) sobre os modos de ser e viver daqueles(as) que ocupam esses territórios há tantos séculos. Desafiadora por requerer uma mudança significativa no nosso olhar sobre questões que, há tempos, nos são apresentadas em livros e filmes de forma tão estereotipada, somada ao desafio de pensar em ações que ultrapassem os muros da universidade.

O fato é que não há como passar por essas vivências sem ser transformado(a). E o impacto desse processo não ocorre apenas na formação dos(as) futuros(as) docentes de História que cursam esse componente curricular obrigatório, que espero se sintam mais preparados(as) para tratar a diversidade em suas vidas e profissões. Talvez, seja eu a pessoa que mais profundamente é tocada e tenha a oportunidade de aprender! Sim, professores e professoras aprendem todos os dias com os(as) seus estudantes, com suas perguntas, inquietações e bagagens de vida. Mas no caso de uma disciplina

extensionista, o aprendizado tem uma outra natureza: eu tenho repensado as minhas certezas profissionais, questionando o meu papel dentro de uma sala de aula.

Eu posso afirmar ser uma pessoa que gosta de desafios, o que me possibilita sempre tentar sair da minha zona de conforto. Claro que nem sempre essa é uma tarefa fácil e o medo do fracasso é uma voz chatinha que teima sussurrar nos meus ouvidos. Ser docente extensionista potencializa tais sentimentos, pois é necessário abrir mão de parte do controle. Bem, talvez o termo docente não seja o mais adequado, pois ao longo dos meses cada estudante conseguiu protagonizar momentos de condução das atividades, o que me fez, felizmente, uma mediadora e não a “fonte” do conhecimento. Nesse misto de sentimento, entre a familiaridade e a novidade, tive que aprender, e ainda estou aprendendo, a caminhar por um campo que desafia, dia após dia, as minhas certezas sobre ensino, pesquisa e extensão. É claro que a gente sabe da indissociabilidade desse famoso tripé, mas colocá-la na prática, de maneira tão crua, faz a nossa mente “explodir” e expõe parte das nossas fragilidades.

Imaginem possibilitar aos(as) estudantes definir quase tudo em uma disciplina: do que será estudado até a forma como as aulas ocorrerão. Digo “quase tudo” por ainda permanecerem aspectos pré-determinados: a temática sobre povos indígenas e a necessidade de fazer uma ação que envolvesse a comunidade externa à Universidade Federal de Rondonópolis. Nesse universo de potencialidades, este livrero se fez.

A proposta foi produzir um material, destinado à educação básica, que minimamente pudesse abordar a diversidade de modos de ser e

viver dos povos indígenas, especialmente os Boe Bororos. Para conseguir atingir esse objetivo, os(as) estudantes participaram de oficinas com lideranças indígenas, o que, sem sombra de dúvidas, fez toda a diferença no processo de aprendizagem. Por isso, o meu mais sincero agradecimento a Adriano Boro Makuda, Luciene Jakomearegecebado e Antônio Jukureakireu pela generosidade com que se dispuseram a compartilhar conhecimentos, vivências e bakaru.

Além disso, os(as) estudantes puderam participar de duas aulas de campo em territórios indígenas Boe, Arareiao e Meruri, o que possibilitou adquirir experiências que nenhum livro poderia oferecer. A minha gratidão às anciãs que tão bem nos receberam e se dispuseram a contar alguns bakaru, que agora compartilhamos neste livreto. Agradeço ainda à professora Beatriz de Oliveira e ao professor Adriano Makuda, coordenadores do projeto “Saberes Indígenas na Escola” núcleo UFR, pela parceria nesta disciplina e por mediarem a nossa participação nas formações ofertadas a professores(as) indígenas em seus territórios.

Assim, este é o trabalho de diversas pessoas apaixonadas e comprometidas com uma perspectiva de educação transformadora, numa perspectiva intercultural, crítica, plural e coletiva. Não tenho palavras suficientes para expressar a minha gratidão a todos(as) envolvidos(as) e o quanto eu tenho aprendido ao longo da caminhada.

Por fim, é preciso agradecer e informar que essa é uma disciplina parcialmente financiada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFR, o que evidencia que com investimento público é possível realizar projetos inovadores.

# Apresentação

Você já parou para pensar na riqueza cultural, de modos de ser e viver, quando simplesmente falamos “povos indígenas”? De acordo com o IBGE (2023), atualmente existem no Brasil cerca de 1,7 milhão de indígenas, pertencentes a 205 etnias distintas, o que corresponde a 0,83% da população brasileira. É claro que esses dados apresentam apenas uma estimativa, pois ainda existem populações totalmente isoladas do contato com pessoas não indígenas. Em todo caso, antes da invasão dos europeus, a quantidade de povos existentes nesse território que chamamos de Brasil era muito, muito maior.

O Estado de Mato Grosso, atualmente, abriga um grupo muito representativo da diversidade sociocultural de povos indígenas, com mais de 58 mil pessoas autodeclaradas indígenas, em cerca de 47 etnias localizadas em 78 Terras Indígenas – em diferentes fases de demarcação e reconhecimento. Essa diversidade de identidades tem resistido e sobrevivido a um violento processo de colonização que, desde meados dos anos de 1700, com a chegada dos bandeirantes, dizimou milhares de indígenas, em um processo genocida que engloba não apenas a morte física, mas também as questões linguísticas, culturais, sociais, cosmologias, modos de produção e de se relacionar com o território.

Apesar da proximidade geográfica, é fato que o conhecimento sobre suas cosmopercepções ainda é superficial e marcada por indicadores de estereótipos, em imagens construídas e cristalizadas por séculos

de silenciamentos e pré-conceitos. Com o objetivo de formar para a diversidade, a disciplina extensionista “História e Culturas dos Povos Indígenas”, do curso de História da UFR, busca ultrapassar os muros da universidade ao desenvolver ações planejadas ao longo de meses, compartilhando saberes e aprendizados experenciados coletivamente.

Esperamos que esta ação extensionista possa ser apenas o início de uma longa e instigante caminhada, pois há ainda muito mais a se conhecer quando falamos de diversidade e culturas dos povos indígenas.

# Descobrindo Nossas Raízes: a importância da Lei 11.645 na educação

Anderson Felipe de Carvalho Silva  
BeneJúnior Pereira Nabure Ikare Bruno  
Azevedo Thiesen Guilherme de Carvalho  
Sobrino Ribeiro Luciano Bandeira Silva  
Markelly Mendes Queiroz

Você sabia que, por lei, todo estabelecimento de ensino do Brasil precisa ter integrado no seu currículo discussões que envolvem ensino de História da África e de cultura afro-brasileira e indígena? E não se trata apenas de incluir esses “conteúdos” nas aulas de História ou fazer eventos comemorativos em abril e novembro. A lei 11.645 de 2008, assim como a 10.639 de 2003 que a antecedeu, é o resultado de décadas de lutas dos movimentos sociais para garantir que grupos historicamente silenciados e invisibilizados sejam reconhecidos, que suas histórias, memórias, modos de ser e viver sejam estudados e valorizados, o que requer uma mudança estrutural nas diferentes disciplinas ofertadas nas escolas.

Essas leis são consideradas marcos históricos, pois evidenciam a necessidade de questionar o mito de “harmonia racial entre europeus, africanos e indígenas”, bem como a perspectiva eurocentrada de se escrever e estudar a História (e demais disciplinas,

é claro). Essa é uma reparação histórica extremamente necessária e que permite, dentre outras coisas, a representatividade, a diversidade e o acesso à cidadania. Uma versão de história contada apenas pela perspectiva europeia minimiza o papel dos diferentes agentes que participaram e contribuíram para a construção daquilo que chamamos de sociedade. Além disso, na perspectiva eurocêntrica, os conflitos são minimizados, assim como os processos de genocídios, de invasão e tentativas de apagamento de modos de ser e viver.

Ao tornar obrigatório o ensino de História da África e de cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo, a lei nos faz perceber que o Brasil não foi “construído” apenas por colonizadores europeus, mas por diferentes povos que já estavam neste território há séculos, bem como por aqueles que foram trazidos a força durante a escravização. E não se trata apenas de contribuições pontuais, como inserção de palavras de origem indígena e africana no nosso vocabulário, ou de alguns hábitos de higiene e de alimentação. Aprender para a diversidade nos ajuda a entender quem somos e a respeitar as diferenças entre as pessoas.

Além disso, essa lei tem um papel importante na luta contra o preconceito e o racismo. Quando conhecemos melhor a história dos povos indígenas e afrobrasileiros conseguimos quebrar estereótipos que foram reforçados por muito tempo, tanto nos livros didáticos, como em produções audiovisuais e demais esferas da sociedade. Também aprendemos sobre as formas de resistência desses povos e como suas tradições e saberes continuam vivos até hoje.

Outro ponto essencial é que a lei ajuda a tornar a educação mais inclusiva e representativa. Durante muitos anos, os materiais

didáticos ignoraram, ou distorceram, a história desses grupos. Agora, com essas mudanças, espera-se que os(as) estudantes possam ter acesso a uma educação transformadora, além de aprenderem a valorizar a diversidade cultural e étnico racial do país.

Não se trata, apenas, da garantia dos direitos básicos de uma população que de minoria não tem nada. Estamos falando da construção de uma sociedade em que a sua cor de pele, ancestralidade, origem social e modos de ser e viver não sejam considerados motivos socialmente aceitos para justificar assassinatos, invasões, preconceitos e racismos.

Por isso, essas leis não só melhoram a qualidade do ensino, mas também nos desafiam a pensar de maneira mais crítica sobre o passado e, especialmente, o nosso presente. Mas para que isso aconteça, não adianta apenas que as leis estejam em um papel (ou publicada em um site). Também não adianta que elas sejam lembradas apenas no dia dos povos originários e na semana da consciência negra. Essa é uma transformação que precisa fazer parte do cotidiano, que envolve professores(as), estudantes, a gestão das instituições escolares e a sociedade como um todo.

E aí, como você tem contribuído nesse processo?

# Resistência, sabedoria e ancestralidade

Fernando Dib Bichara

Joely Vitória Paiva Cardoso

Luan Lochetti Maia

Marco Antonio Alves Gomes

Maria Eduarda Rodrigues dos Santos

Thaila Kauana Kaefer Winter

Imagine um grupo de pessoas chegando no lugar onde você mora, ocupando o espaço e ditando regras, pedindo a sua “ajuda” para encontrar alimentos e sobreviver. Imagine ainda que esse mesmo grupo decida que esse lugar foi, por acaso, descoberto e que eles têm direito a explorá-lo da maneira como acham melhor. Ainda por cima, você precisa se sentir grato, pois eles estão salvando a sua “alma” e te dando de presente um monte de produtos (que você nunca precisou ou pediu). Passado um tempo, te obrigam a trabalhar para eles, violam o seu corpo e, se você não concordar, apenas te matam. Pois bem, ainda por cima vão contar essa história, durante muitos e muitos anos, como se fossem heróis e vão afirmar que tudo aconteceu da maneira mais harmoniosa possível.

Ah, mas isso nunca aconteceria agora, porque temos leis, certo? Bem, digamos que na época também existia toda uma legislação (escrita justamente por esse grupo, veja só) que permitiu que tudo fosse feito na “legalidade”. E aí, você acredita que foi uma invasão ou um legítimo descobrimento?

Parece uma situação inimaginável, mas saiba que essa é apenas a pontinha de um grande iceberg de uma história que recebemos como herança até hoje. Mas afinal, o que está em disputa? Estamos falando não apenas da maneira como a história tem sido escrita e estudada, mas também o lugar delegado, no presente, a determinados grupos sociais.

Por isso, precisamos primeiramente problematizar a ideia comumente aceita e difundida sobre o descobrimento do Brasil. Trata-se de um mito de origem inventado pelos europeus, pois não houve um evento fundador do Brasil. Afinal, nosso território já estava ocupado por centenas de nações distintas, cada qual com seu modo de ser e viver. Ao lado isso é preciso frisar que, se não fosse por essas pessoas, possivelmente os portugueses não iriam sobreviver por muito tempo, já que não tinham conhecimento para locomoção dentro das matas ou de como era possível adquirir alimentos.

Os primeiros genocídios ocorreram contra as populações litorâneas, o que não significa que aquelas que ocupavam território centrais estivessem isoladas por muito mais tempo. Desde meados dos anos de 1700, com as machas dos bandeirantes, o interior do Brasil se tornou o foco da expansão territorial e da busca por riquezas, em um contínuo processo violento genocida que engloba não apenas a morte física, mas também as questões linguísticas, culturais, sociais, cosmologias, modos de produção e de se relacionar com o território. Seja através da escravização em busca de mão-de-obra, seja através de políticas públicas “nacionalistas” migratórias que incentivam a ocupação dos ditos “espaços vazios” em Mato Grosso, é fato que em nome de uma pretensa “modernização”, do desenvolvimento e da

expansão das fronteiras agrícolas, os territórios ocupados pelos povos originários do estado foram considerados como espaços “vazios de identidades”, mas com grande potencial de exploração de recursos naturais que poderiam impulsionar as promessas de “ordem e progresso”, conforme um modelo hegemônico do capitalismo que anula a presença de outras formas de ocupação dos territórios, transformando em mercadoria pessoas, lugares e a própria natureza.

Nesse processo, os indígenas se tornaram para os colonizadores obstáculos e continuaram a ser tratados como animais que deveriam ser adestrados ou eliminados. Daí em diante, as diversas etnias indígenas começaram a perder sua terra, serem capturadas e escravizadas, sofrer com o processo de aculturação e de silenciamento de seus modos de ser e viver. Além disso, desde 1500, os colonizadores trouxeram doenças que dizimaram parte significativa da população indígena, especialmente pela varíola e sarampo.

Quando tiveram suas terras tomadas, parte desses povos conseguiram fugir para outras regiões do Brasil, mas, mesmo assim, continuaram a ser perseguidos. Não é à toa que Mato Grosso é conhecido pela exploração de seu povo tradicional, o que gerou cicatrizes profundas que reverberam até os nossos dias. Porém, mesmo em meio a toda essa violência, os povos originais continuam a resistir e a sobreviver a partir da sua ancestralidade, seus modos de ser e viver.

Ailton Krenak, ativista da etnia crená que pela luta dos direitos indígenas e do meio ambiente, narra seus livros a importância de olharmos para o passado e para os nossos ancestrais. Dentre suas

inúmeras críticas, o autor nos convida a repensar a forma que vemos o mundo que temos hoje e como ainda somos influenciados(as) pelos europeus na forma como nos relacionamos com tudo e todos(as).

Quando Krenak escreve “Nossa tecnologia para produzir pobreza é quase assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. Se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em Boa Vista, isso é produção de pobreza.” (KRENAK, 2022, p. 56) estamos sendo confrontados sobre como precisamos, urgentemente, repensar a nossa sociedade para além dos seres humanos. Nessa perspectiva, somos apenas um entre tantos outros seres vivos que coexistem e que precisam se relacionar. O rio e a mata, quando considerados parentes, merecem o nosso respeito e proteção, pois ao fazê-los estamos colocando em prática uma das possíveis “ideias para se adiar o fim do mundo”.

É preocupante como o mundo está consolidando uma cultura que separa o ser humano da natureza. Krenak chama essa cultura de “sanitarista”, pois ela isola as pessoas nas cidades, longe da natureza, e ensina nas escolas conhecimentos que nos afastam, dia após dia, da terra, das florestas e até da água. Diferente dessa perspectiva, a relação das culturas indígenas com a natureza é algo muito especial e profunda, sendo o ser humano parte intrínseca dela (e vice-versa). Ao perder essa sagrada conexão, não estamos apenas colocando em perigo de extinção plantas e animais, mas a própria humanidade.

Por isso, Ailton Krenak segue na sua luta pelos direitos do meio ambiente, apresentando modos de como podemos cuidar da

natureza e evitar que coisas ruins aconteçam com o nosso planeta. Ele explica que muitas pessoas estão destruindo as florestas, os rios e os animais, como se a Terra fosse apenas um lugar para explorar de maneira ilimitada. E sabemos que nada poderia ser mais distante da realidade do que essa ideia, não é mesmo?

Assim sendo, sofremos as consequências dessa relação exploratória com aquilo que chamamos, erroneamente, de “recursos naturais”. Numa perspectiva de parentesco, somos constituídos(as) por tudo aquilo que está ao nosso redor, e se esse tudo passa por um processo contínuo de destruição é fácil concluir que estamos seguindo o mesmo caminho. Por exemplo, o Rio Doce, que o povo crenaque chama de Wantu (avô), é tratado com respeito, não apenas como algo para se usar e jogar fora. O "fim do mundo", então, não é somente uma catástrofe gigante que acontecerá no futuro. Esse fim se anuncia e ocorre dia após dia, por exemplo, quando uma floresta é derrubada ou quando uma cultura indígena desaparece.

Se todos agirmos como se a Terra fosse, de fato, nossa casa, podemos mudar o rumo dessa trajetória. Cada pequena ação conta: plantar uma árvore, ouvir as histórias dos mais velhos, respeitar plantas e animais... assim, estamos "adiando o fim do mundo" e criando um lugar melhor de se viver. Reconhecendo a nossa ignorância, temos muito ainda o que aprender com aqueles(as) que tanto tem a nos ensinar.

# Boe...

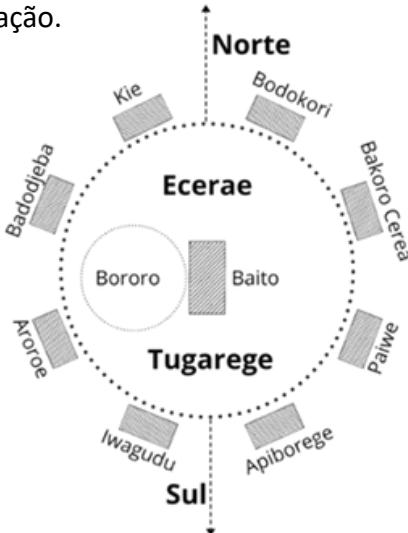
Bruna Rosa de Andrade Célia de Souza  
Rodrigues Jaderson Luiz de Jesus  
Souza Kamila Soares Thalita Soares  
Viedes Thalles Alemandro Pereira da  
Silva. Thyago Raysaro Leiva

É como os povos indígenas que conhecemos como Bóe Bororos se autodenominam. Percebiam a diferença na grafia: o acento no “o” serve para os não indígenas compreenderem, minimamente, a pronúncia. Bororo, por sua vez, é a denominação dada pelo colonizador na tentativa de dominação – dar nome ao outro, “ignorando” a sua língua, faz parte do projeto colonizador. “Bororo ‘pátio da casa central da Aldeia’ é um termo conhecido na literatura e amplamente utilizado pelos colonizadores desde o período de contato para referirem ao meu povo. [...] Entre nós, nos autodenominamos como Bóe ‘gente, aquele que age’”, (Makuda, 2018, f. 18) nos ensina Adriano Boro Makuda. Por isso, não utilizaremos isoladamente o termo “bororo” quando nos referirmos a essa etnia, assim como não se utiliza “índio” ou “tribo” para se referir a qualquer nação indígena.

Os Boe, no período da sua máxima expansão, ocupavam territórios de Mato Grosso e Goiás, em regiões que hoje correspondem a cerca de 71 municípios. É difícil traça uma estimativa de quantos eram antes

do contato com os colonizadores, mas com certeza milhares. Nas últimas décadas do século XIX o contingente era de aproximadamente 10 mil e em 2010, nos dados do IBGE, o quantitativo é apenas 2.348 pessoas autodeclaradas. (IBGE, 2010) O território, por sua vez, foi demarcado em Terras Indígenas (TI): Teresa Cristina (Santo Antônio do Leverger), Perigara (Barão de Melgaço), Jarudore (Poxoréu), Meruri (General Carneiro) e Tadarimana (Rondonópolis).

A organização social dos povos indígenas faz referência aos seus modos de ser e viver a cultura, cada qual com suas normas, regras e organização. No caso dos Boe, a unidade política é a aldeia (Boe Ewa), que na sua forma tradicional é formada por um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo ao centro a casa dos homens (Baito). No lado leste do Baito localiza-se o pátio ceremonial, denominado Bororo, onde ocorrem importantes rituais, como o funeral (que pode durar meses) e a nomeação.



Essa organização social é complexa, dividida em duas metades exogâmicas [Ecerae (filhos) e Tugarege (pais)], cada qual subdividida em quatro subclãs. A regra de descendência é matrilinear, o que

significa que a criança ao nascer receberá um nome que identificará o clã da sua mãe. Por sua vez, cada pessoa somente poderá casar com pessoas pertencente ao outro clã e são os homens que passam a viver com a família da sua esposa, após o casamento (exogamia). (Kiga, 2021)

Apesar a figura acima representar a forma tradicional de uma aldeia Boe, em círculo, nem todas, atualmente são assim (seja pela escassez de matérias primas para a construção das casas tradicionais, seja pela influência e formas de contatos com não indígenas). Ao serem impostas o uso de outras técnicas de construção, foi necessário que essa etnia encontrasse formas de resistência para manter as suas tradições, modos de ser e de viver. O importante, segundo Adriano Boro Makuda, “A Aldeia Tradicional Bóe, construída no mundo físico, ou na terra, é um reflexo do que existe na nossa memória e a aldeia é só um reflexo dela, ou seja, a visão de mundo é circular com suas divisões, seguindo os pontos cardeais: Norte para Sul, Leste para Oeste. O centro do equilíbrio é a própria pessoa Bóe no plano cosmológico e no plano físico representado pelo Baimanagejuwu, ou Baito ‘casa central da aldeia no plano físico’ porque tudo está ligado em um só, um só espírito”. (Makuda, 2018, f. 53)

No cultivo, as famílias utilizam a técnica do "corte e queima", que consiste em limpar a vegetação de uma área de aproximadamente meio hectare, cultivar a terra por três anos consecutivos e, em seguida, deixar essa área em repouso por mais de seis anos para que se recupere. Os principais alimentos cultivados são o milho, o arroz, a mandioca, o feijão e a abóbora. O cultivo do milho, por exemplo, é realizado seguindo orientações das lideranças indígenas da

comunidade e envolve, também, conhecimentos ancestrais. Nesse caso, o milho novo deve ser purificado por meio de uma cerimônia conhecida como Kuiada, antes de poder ser consumido. (PIB, 2024)

Mas como uma cultura baseada na oralidade acessa tantos conhecimentos? Justamente ouvindo os(as) mais velhos(as), que carregam a sabedoria de uma vida e daqueles(as) que os antecederam. Ao longo da sua trajetória, uma criança Boe aprenderá sobre ornamentos, animais, plantas, seu clã (e os demais), pinturas e tudo mais que diz respeito à sua cultura. Os conhecimentos são repassados pelos(as) anciões e anciãs, que são sábios e profundos conhecedores da cosmopercepção dessa nação indígena. Por isso, as pessoas mais velhas são tratadas com muito respeito, pois as suas existências permitem que todos(as) possam aprender e experenciar a cultura ancestral.

O aprendizado ocorre, especialmente, no cotidiano (ou seja, não é apenas na sala de aula ou algo do tipo). Aprende-se no desenrolar de situações corriqueira, na convivência, a partir da experiência, dos rituais, em conexão com o material (a terra, o ar, a água, a natureza, os animais) e o espiritual, por meio da escuta atenta e orientativa dos bakaru (Boe Akaru) que passam de geração para geração. Esses são, portanto, os meios pelos quais eles fazem a ligação com a memória ancestral, ou seja, com os conhecimentos que os possibilitam aprender a viver o jeito Boe. As narrativas com onças, encantados e vaga-lumes não servem apenas para entreter (como acontece com os não indígenas). São, na verdade, meios de acessar os conhecimentos que vivem na memória desse povo e que são extremamente significativos.

# TI Perigara

Pamela Rodrigues Braga  
Talitta Tatiane Martins Freitas

A Terra Indígena de Perigara possui 10.740 hectares e está localizada no município de Barão de Melgaço-MT. Teve a sua demarcação reconhecida e homologada através do Decreto 385, de 26 de dezembro de 1991 e, de acordo com os dados do IBGE de 2010, possui população de 104 pessoas.

De acordo com a antropóloga Renate Brigitte Vierterler, nessa TI vivem os últimos Boe do grupo Útugo Kúri Dóge – os que usam flechas longas. A migração para esse território ocorreu na primeira década do século XX, quando foi construído o Posto Indígena Couto de Magalhães, do “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores” (SPILTN). Trata-se de um dos territórios mais isolados do Pantanal e, na temporada das chuvas, ela é acessível apenas em viagens de barco pelo Rio São Lourenço, afluente da bacia do Paraguai. Mesmo em outras épocas do ano, o acesso por terra pode durar dias, sendo preciso percorrer longas estradas de areia e terra.

Os boe de Perigara são descendentes dos Útugo Kúri ou Kádomogarége, aqueles “que usam longas flechas” ou “os que habitam os taquarais” (terreno abundante em bambus). Por sua vez, os colonizadores, no período minerador, os classificaram como “bororós ocidentais”, uma estratégia de dominação através do reducionismo, pois os definem, de maneira arbitrária, em “ocidentais”

e “orientais” a partir da localização geográfica em relação ao rio Cuiabá. (PIB, 2024)

Em 2020, a TI Perigara ganhou manchetes nacionais por ser atingida por incêndios criminosos que consumiram mais de 30% do seu bioma. Após quatro anos, o território estava longe de ser recuperado e sofreu com os novos focos, em uma proporção histórica nunca antes registrada, sendo devastados cerca de 78 mil hectares nessa terra indígena. Na primeira quinzena de agosto de 2024, mais de 166 mil ha de áreas indígenas foram devorados por incêndios, atingindo diferentes etnias. (Ecologiaeacao, 2024) O fogo usado para “limpar pastagens” é um dos principais inimigos do Pantanal e, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 95% dos casos elas foram iniciadas em propriedades privadas. (Arini, 2024)

Para os Boe, a destruição da terra, dos animais e dos rios é um ataque direto ao seu povo, não apenas por uma questão alimentar, mas também porque inviabiliza a coleta de elementos que fazem parte do seu cotidiano e de seus rituais, como os brotos usados na confecção de abanico/ parikiboto (leques) e baquité (cesto); do jenipapo com o qual são pintados os corpos e feitos chás que combatem doenças; e das palhas de Acuri usadas nos telhados das casas tradicionais. Para além disso, os Boe acreditam que seu povo divide a Aroe (alma) com os animais após a morte física. Assim, a Aroe pode viver no corpo de uma onça, de uma arara ou de uma jaguatirica. A destruição dos animais e do ambiente em que vivem significa, dentre outras coisas, a destruição dessa possibilidade de conexão após a vida terrena, conforme explica o historiador Boe Virgílio Kidemugureu. (Arini, 2024)

# TI Teresa Cristina

Talitta Tatiane Martins Freitas

A Terra Indígena de Teresa Cristina possui 34 mil hectares e está localizada no município de Santo Antônio do Leverger. Atualmente, segundo os dados do IBGE de 2010, tem uma população de 506 pessoas. O seu processo de demarcação evidencia a luta dos povos indígenas pelo seu direito territorial, pois o processo de revisão ainda se encontra na justiça. Ainda no século XIX, mais de 65 mil hectares foram demarcados pelo Governo Provincial, dos quais quase metade foram usurpados em razão da política fundiária do Estado de Mato Grosso. A demarcação atual foi homologada em 1976, sob supervisão da FUNAI, e desde então busca-se no judiciário a sua revisão. (Ardenghi, 2018)

A Terra Indígena Teresa Cristina é formada por, pelo menos, três aldeias: Arareiao, Piebaga e Córrego Grande. Segundo o pesquisador Boe Félix Rondon Adugoenau, Córrego Grande derivou-se dos antigos Boe denominados pelos colonizadores como “coroados”, em referência aos grandes Pakiko (cocar) usados por eles. (Adugoenau, 2015, f. 42) Ela é considerada pelos antropólogos como o “berço da cultura do povo Boe” e a que mais manteve, na atualidade, as características da estrutura sociocultural dessa nação indígena, tanto na sua estrutura geográfica como na política.

A TI Teresa Cristina é organizada no formato tradicional, com casas dispostas em forma de círculo. As construções tradicionais são feitas com madeira e palhas trançadas usadas nas paredes e telhado. Esse material, cada dia mais escasso, é o mais adequado para o clima local, pois nas horas quentes do dia o interior da casa é fresco e durante a noite a casa guarda um pouco do calor do dia e o ambiente fica agradável.

## TI Jarudore

Eliane da Silva Neves  
Talitta Tatiane Martins Freitas

A Terra Indígena Jarudore possui 5 mil hectares e está localizada no município de Barão de Poxoréu-MT e, de acordo com os dados do IBGE de 2010, possui população de 466 pessoas. Foi demarcada pelo “Serviço de Proteção ao Índio” através do Decreto 684, de 31 de dezembro de 1945, mas tem seu território continuamente invadido, hoje sendo totalmente ocupado por um distrito.

No início do XX, o território era de aproximadamente 100 mil hectares, recebendo o nome de “São João de Jarudore”. No entanto, esse quantitativo que foi drasticamente reduzido durante os anos 1940 por iniciativa do governo do Estado de Mato Grosso, (Mapa..., 2009) tendo como justificativa um possível extravio dos registros dessa área, requerendo, assim, uma nova demarcação. Desde então, os Boe de Jarudore tem lutado pelo seu direito de reconstituição da

sua terra, em um processo que se desenrola há décadas sem resolução. Por conta dessa resistência, diversas ameaças e atentados têm ocorrido contra as lideranças indígenas e seus parentes, o que tem sido denunciado, recorrentemente, pela Cacica Boe Maria Aparecida Toro Ekureudo.

É preciso destacar que a relação dos povos indígenas com os seus territórios ultrapassa o nível físico, pois através deles se acessa o nível espiritual, ou seja, a memória ancestral que é o conhecimento de um todo, repassado entre gerações através da prática cultural. “Assim, as razões históricas e simbólicas dos lugares territoriais permanentes na memória de uma coletividade legitimam as suas reivindicações territoriais, ainda que em muitos momentos o Estado Brasileiro e setores específicos da sociedade civil as neguem; por isso, é legítima a ocupação dos Boe no Território Jarudóri”. (Makuda, 2017, p. 36)

Ao longo dos anos 1960, os boe foram, pouco a pouco, obrigados a deixar o seu território. Não por acaso, nessa época, o estado de Mato Grosso criou, por meio da lei 1.191 de 20 de dezembro de 1958, o distrito de Paz de Jarudore, desconsiderando que se tratava de uma terra indígena. De acordo com o Ministério Público Federal, “Criado o novo distrito, estavam abertas as portas para novas ações contra os boe (sic). Assim, a partir da década de 1960, deu-se curso a uma intensa ocupação do território na forma de concessão de títulos a terceiros, seguido de parcelamento do solo. Novas ocupações são realizadas, sempre estimulada ora pelo estado de Mato Grosso ora pelo município de Poxoréu”. (MPF, 2019) O processo de retomada ocorre a partir de 2006, quando cerca de 30 famílias boe, lideradas

pela cacica Ekureudo, voltam para o seu território de direito e assumem, mais uma vez, a luta contra os invasores.

Ao mesmo tempo, começa-se junto à Polícia Federal um longo processo para a desocupação da área pelos não indígenas, especialmente fazendeiros, que por décadas tem explorado atividades econômicas em terras indígenas. Em 2019, apesar de ter sido julgada e proferida a decisão liminar em favor do povo boe, o Tribunal Regional Federal da primeira região suspendeu a liminar após dois meses, atendendo ao pedido do Governo de Mato Grosso. “O juiz entendeu ser pertinente o efeito suspensivo até o julgamento definitivo da ação, uma vez que os prejuízos aos moradores da área podem ser irreparáveis”, (Sanford, 2019) leia-se por moradores as mais de 300 pessoas que são réus no processo de ocupação indevida. Aparentemente, a preocupação sobre “prejuízos irreparáveis” não se estende aos boe que, ainda hoje, esperam na justiça que a ação seja julgada em definitivo.

## TI Tadarimana

Deborah Geovanna Batista Cardoso  
Talitta Tatiane Martins Freitas

A Terra Indígena de Tadarimana possui 10 mil hectares, localizada no município de Rondonópolis-MT, e teve a sua demarcação reconhecida e homologada através do Decreto 300, de 30 de outubro 1991. De acordo com os dados do IBGE de 2010, possui população de

604 pessoas e possui a sua estrutura organizacional no formato tradicional, coexistindo casas feitas com técnicas não indígenas e que se localizam fora do grande círculo.

Segundo o pedagogo Sandro Tubaikare, Tadarimana foi fundada às margens do rio com o mesmo nome, na década de 1970, por cinco famílias originalmente pertencentes à aldeia Pobore, muito próxima a Rondonópolis. Essa proximidade com os não indígenas gerou graves problemas, resultando no deslocamento dos boe para outros territórios, bem como a criação de outras aldeias mais afastadas dos centros urbanos. A chegada de novas famílias fez com que Tadarimana se tornasse uma comunidade cada vez maior, organizada em torno de trabalhos comunitários e nas realizações de seus ritos culturais. No entanto, uma enchente destruiu as casas construídas e, por isso, foi necessário alterar a aldeia para um novo território, onde permanecem até hoje. “Na época em que foi formado o novo espaço da aldeia, houve alguns senhores que organizaram o espaço físico deste lugar como o Sr. Otávio Kodo que, na época, também era enfermeiro, junto com o senhor José Miguelão. Foram eles que organizaram as famílias, colocando em ordem, pertencentes aos seus clãs e sub-clãs”. (Tubaikare, 2016, f. 26)

Assim como em todas as TI, a educação tradicional vem da comunidade, desde o nascimento. Será participando de festas, dos rituais, ouvindo os discursos noturnos dos chefes e anciões, no convívio com os parentes que a criança aprenderá os modos de ser e viver dos boe, acessando uma ancestralidade que reside na memória. “Na nossa lei, o filho o filho não é inteiramente dos pais apenas. Ele pertence, antes de tudo, ao povo, a sua metade, a seu clã e sub-clã.

Por isso, a educação, além de ser de responsabilidade individual da mãe e do pai, é obra social pela qual todos os membros da comunidade sentem obrigação". (Tubaikare, 2016, f. 19)

Atualmente, a estrutura da aldeia tradicional, em formato circular, convive com construções mais dispersas devido ao crescimento populacional. Os rituais, dentre eles o funeral, mobilizam toda a comunidade e é um espaço de aprendizagem para as crianças, que aprendem com a convivência e experenciando os modos de ser e viver boe no cotidiano. Apesar de todas as mudanças no espaço físico, o pátio central permanece como lugar de conexão com a memória ancestral e com toda a sabedoria que é repassada de geração para geração.

## TI Meruri

Talitta Tatiane Martins Freitas

A Terra Indígena de Meruri possui 82 mil hectares, localizada no município de General Carneiro-MT, e teve a sua demarcação reconhecida e homologada através do Decreto 94014, de 12 de fevereiro de 1987. De acordo com os dados do IBGE de 2010, possui população de 811 pessoas e, até os dias atuais, possui grande influência da missão Salesiana.

O contato com os Salesianos ocorreu logo nos primeiros anos do século XX, em um processo “civilizatório” que visava a integração dos

Boe à sociedade não indígena ou, em outros termos, a sua “pacificação” para atender aos interesses do Estado e da Igreja. Trata-se, portanto, de um processo violento de tentativa de apagamento dos modos de ser e viver dessa nação, por meio da imposição do pensamento religioso católico, da língua portuguesa, do sistema educacional e de práticas culturais não indígenas. O impacto desse contato pode ser vislumbrado, por exemplo, na organização da aldeia no formato de U, com raríssimas casas construídas de forma tradicional – o que não impede que a visão de mundo dos que residem em Meruri seja circular, como mencionado anteriormente.

De acordo com Adriano Boro Makuda, os Boe foram proibidos de praticar seus rituais (como o funeral) e de falarem sua língua materna, pois, naquela época, a cultura dos indígenas era considerada pelos Salesianos como manifestação demoníaca a ser combatida. Para ter um vislumbre dessa interferência, em 1914, o diretor da missão Salesiana (Pe. Colbachini) conseguiu convencer os Boe a atearem fogo no Baito da aldeia, pois essa casa era considerada por esses não indígenas como “templo do demônio”. (Makuda, 2018, f. 49).

Com a construção de um internato, os Salesianos se dedicaram a escolarização dos Boe, o que era estratégico para a evangelização. “Na aldeia Meruri as crianças desde pequenas iam para o internato e lá eram proibidas de se comunicarem na língua materna, eram separados, colocados juntos das crianças não indígenas para poderem esquecer a sua língua e aprenderem a língua portuguesa, só podiam ir visitar a sua família aos domingos, acompanhados de uma religiosa, uma irmã. No final da tarde, as crianças eram recolhidas para o

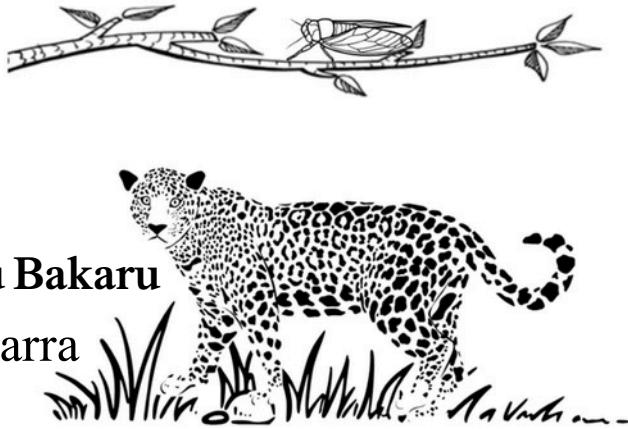
internato. As meninas e os meninos Bóe só saiam do internato casados na religião católica, ou seja, na igreja". (Makuda, 2018, f. 51) No processo de resistência, as atividades culturais e os rituais passaram a ser realizados longe da aldeia, de forma escondida da Igreja. O funeral, um dos fundamentos de toda a organização do mundo Boe, passou a ser realizado em lugares próximos, mesmo que isso resultasse em castigos infringidos aos participantes, como o não recebimento de alimentos.

Com a demarcação do território, conquista marcada por conflitos diretos com fazendeiros e políticos da região, dentre os quais se destaca a chacina (1976) que resultou na morte do boe Simão Koge Ekudugodu e do Pe. Rodolfo Lunkenstein (sem contar quatro feridos à bala), o internato foi desativado e a escola passou, pouco a pouco, a ser dirigida por professores(as) boe. Atualmente, o Baito foi reconstruído e a oferta escolar é diferenciada, tendo como base a valorização dos modos de ser e viver a cosmopercepção Boe. Entretanto, é preciso relembrar que o aprendizado não ocorre apenas dentro das salas de aula, mas nas situações do cotidiano, dentre elas com a narrativa dos bakaru pelos mais velhos.

# Mas, afinal, o que é Bakaru?

“Bakaru quer dizer... não tem outro nome. É bakaru mesmo”. (Souza, 2013, p.1) É difícil encontrar um termo na língua portuguesa que corresponda, em todos os sentidos, ao que significa bakaru para os boe. A correspondência feita a contos, narrativas ou histórias é muito simplória quando tentamos compreender essa forma de conexão com o meio material e espiritual. Entretanto, podemos dizer que essa é uma das formas para fazer a ligação com a memória, com a ancestralidade e os conhecimentos que fazem com que um boe aprenda os seus modos de ser e viver.

Bakaru, de acordo com Pariko Ekureu (Lauro Lopes), é uma forma narrativa que possibilita conhecer as origens dos seres e representa os valores da cultura boe. (CEDIPP, 2017) Podemos dizer que Bakaru é a forma de oportunizar o aprendizado da cultura aos seus mais novos? Sim, o Bakaru é um dos caminhos que possibilitam acessar a sabedoria ancestral sobre rituais, crenças, sobre o que a natureza representa, as maneiras como os seres estão em conexão, os valores boe, como a vergonha e a reciprocidade, dentre tantos outros. Através da oralidade, a cosmopercepção dos boe é experenciada pelas novas gerações. Por esse motivo, os anciões e anciãs são considerados(as) “bibliotecas” vivas, com a diferença que não há nenhuma limitação de quantidade de páginas que esses “livros” possam ter. Para que você possa conhecer um pouco mais, separamos quatro bakaru do livro “Boe eno bakaru”, mas saiba que a língua é viva, por isso elas podem ser narradas de maneiras diferentes.



## Konorigi Jiwu Bakaru

### A lenda da cigarra

**Konorigi akore tuiagu tuge boi remagu Adugo uKe boiji.**

*A cigarra disse que ia medir a resistência do seu desejo de comida com o desejo de comida da onça.*

**Tumearutoruie Adugo, uke boigodumode Kuri ji, tubiji duji.**

*Que achava que a onça iria sentir desejo da comida antes dela.*

**Mare Adugo akore boroie, Konorigire uke hoigodu mode ji tubiji.**

*Mas a onça diz que não, que a cigarra iria sentir desejo de comida antes dela.*

**Oukodi icare ere tuge boi remagu pui.**

*E por isso mediram seu desejo de comida entre si.*

**Konorigi akore: "Woere amugure tu; woe awu í paru; imire iedumode i paruto; pagaiwo birigoduwo, tu pu jokuto".**

*A cigarra falou: "apresente-te aqui, aqui ao pé desta arvore; eu mesma me agarrarei no pé da arvore; olhemo-nos, um ao outro, com honestidade nos olhos.*

**Dukodi icare Adugore boe Kodu Kuri cigodo dutabore icare uture Konorigi bogai.**

*E por isso a onça consumiu muita comida e depois foi a procura da cigarra.*

**Icare Konorigire tuiedu tu i paruto. Ure tuiejodo moto Kae.**

*E a cigarra agarrou-se no pé da arvore. Ela virou a cara para o chão.*

**Adugo ure udo tumugudo tu i paru dutabore icare ere etado pu jokuto.**

*Ela fez assentar a onça ao pé da arvore, e depois ficaram acordadas olhando-se nos olhos uma da outra.*

**Etaiwore pu jokuto jii je.**

*Elas olharam-se nos olhos uma da outra por muito tempo.*

**Icare Adugo uke boi, raka guragare ji, icare bigodore tuge boi koia.**

*E a onça teve muito desejo de comida e estava para desmaiar pelo desejo de comida.*

**Dukodi icare akore: "Awu ino Konorigiji", tuwo tugerado, "ca" keje, tugeje.**

*E então disse: "Esta cigarra é minha", dando-lhe "ca" uma patada para comê-la.*

**Mare icare iera pado bo, bo kajeje.**

*Mas a mão só esteve sobre a carapaça dela.*

**Boekimo remo:**

*Não há comentários:*

**Konorigi, rade, tuboru bo "pao" je.**

*Em verdade a cigarra tinha rachado suas costas, "pao".*

**Icare rutu rade i ki jii toro tudu tabo Adugo piji.**

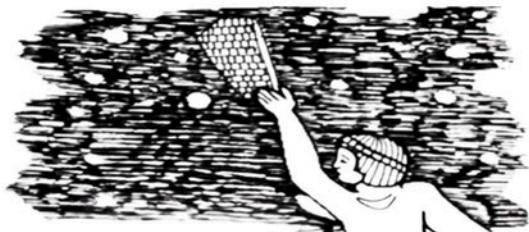
*E em verdade, subiu a ponta da arvore, indo longe da onça.*

**Dukeje rade, ure Adugo mugu pagado tu, woe tuviri bioro keje.**

*Então, em verdade deixou a onça sentada esperando diante da sua pele vazia.*

**Dukodi re Konorigi ro oinodu akedukare roga**

*Por isso a cigarra não deixou ainda este costume assim.*



## Butuiari Jiwu Bakaru

### A lenda do vaga-lume

**Butuiaridoge ewudure jiwu ari.**  
*Era o mês em que apareceram os vaga-lumes.*

**Boe etore kugure etaidu raka guragare ei.**  
*As crianças gostavam muitíssimo deles.*

**Kodire boe etore kugure epadure ba oia keje, eture tabo butuiaridogi, mare etaidu koiae, parikiboto tabo.**  
*Por isso as crianças estavam na praça da aldeia e corriam atrás dos vaga-lumes com abanicos porque gostavam deles.*

**Boe karema, bope rade ia butuiari bu tuieri keje.**  
*Eis que um bope colocou uma vaga-lume em sua frente.*

**Icare kodure jice, kodure woje, nowu butuiari jeture ierito du tabo.**  
*Depois foi de um lado para o outro com o vaga-lume na frente.*

**Icare ia nogedu rogu rekodure jice ae; Boe ka rema, ure parikiboto to “pa” nowu butuiariji.**  
*Então um menino correu até ele e bateu “pa” o abanico no vaga-lume.*

**Boe ka-rema, butuiari ka radema: bope rabode.**  
*Em verdade não era um vaga-lume: era um bope.*

**Icare nowu bopere tudugu kuda, now nogedu rogu kuda, rekodore apo toro boeto.**

*Então o bope carregou o menino lá para a mata.*

**Oragudore, oragudu kuri cigore, mare Boe emearudu kare oraguduji**

*Ele chorou, chorou muito, mas os Boe não escutavam seu choro.*

**Bari rema unudu rabode. Icare unuia ore: Jorudure nowu Bope roi nowu boe etonaregedu rogu apo duji. Kodi icare jetadure, makore Boei.**

*Eis que o bari estava dormindo. E sonhou: ele viu o que o bope estava fazendo com aquele menino.*

**Akore: "Itore, taeto tagorei. Bope rekodore ia oro marenaru apo. Kodi inagoino"**

*Disse: "meus filhos, meus netos, vigiai vossos filhos. Um bope fugiu com uma pobre criança. Por isso eu estou falando".*

**Icare Boere boe pa**

*E os Boe compreenderam.*

**Kodi icare ece wu nogedu rogu uce , uo, uobe, etoragudu kuri cigore.**

*Por isso então a mãe, o pai e os parentes daquele menino choraram muitíssimo.*

**Icare ere mea maku nowu bari ai, uwo nowu bopedo tugera ra nowu tuonaregedu rogo piji.**

*Eles ofereceram charuto ao bari, para ele fazer o bope largar daquele seu filhinho.*

**Icare rore ino rugadu. Akore: "Ituwo, inuduwo", tui tuogwa kurido du akedu keje.**

*Então ele fez assim mesmo. Disse: "eu vou embora, eu vou dormir", depois de ter acabado os grandes gritos.*

**Icare utu urerekodaji, tunuiao tabo pugeje.**

*E retirou-se para sonhar de novo.*

**Icare ure aru piji (Ure nowu nogedu rogu aru Bope piji).**

*E o tirou dele. (O bari tirou o menino do bope).*

**Kodure apo, ure rakojedo ba oiadodo.**

*Correndo com ele o colocou em pé no meio da aldeia.*

**Dukeje icare ocagodore uce bogai, uo bogai.**

*E depois com assovios chamou a mãe e o pai dele.*

**Icare etaregodure. Ure maku etai nowu boe-coji rugadu.**

*Eles vieram e ele o entregou para eles naquela noite mesmo.*

**Dukodi icare akore: "Inagore taetu iagu tagorei. Dinore inagore**

*Depois disse: "Eu vos falei para vigiardes vossos filhos. Assim eu falei.*

**Awu rema karega: unure tuiagu tugu bokwado ito du kaere itaregodure.**

*Não é nada: eu cheguei quando ele estava para atirá-lo contra um jatobá.*

**Dukodi icare ire aru piji. Ema reo: taeto ji".**

*E por isso eu tirei dele. Ei-lo aqui. Cuidai dele".*

**Ure togwamu ji. Akore: "Boe puredumodu kare ai pugeje, tai pugeje."**

*Soprou nele e disse: "Não vai acontecer mais nada de novo para ti, para vós".*

**Ica. Kodire Boe ekare nogedu rogu, nogwaredu rogu rekodudo butuiardoge'i boe-co kao.**

*Eis aí. Por isso os Boe não deixam o menino, a menina correrem atras dos vaga-lumes á noite.*

**Kodire jorubea paru jire nogedu rogu nogwaredu rogu iedure tu, ure roto "bugu bugu bugu", butuiaridoge'i.**

*Por isso o menino e a menina seguram um tição e o fazem girar "bugu bugu bugu" para os vaga-lumes.*

**Du ekodure mato joru kae.**

*Então eles vêm ao fogo.*

**Ere parikiboto to "pa" ei, ewudure, ere tugeragu ei.**

*Eles batem com o abanico "pa" neles, que caem, e os pegam.*

**Kodire nogedu rogu, nogwaredu rogu re kare butuiaridoge'i boe co kao. Oino.**

*Por isso o menino, a menina, não correm a noite atras de vagalumes. Assim.*

**Boe egore marigudu bope iwogu kigoduie. Boe etore'i meriji, boe coji.**

*Os Boe dizem que antigamente o bope costumava roubar as crianças Boe de dia e de noite.*

**Dukodire Boe egore Boe ekae nogedu rogu nogwaredu rogu utudo poboto tuginoi, podada paru kae, ia rema tuwo e taino rabodu.**

*Por isso os Boe dizem que os Boe não deixam o menino, a menina, irem sozinhos ao rio, ao trilheiro do rio, ou para tomarem banho.*

**Podada paru kejere biododu kigodore Boe'i, nogedu rogu, nogwaredu roguji jamedu kodi.**

*Porque no trilheiro para o rio frequentemente matam os Boe o menino ou a menina.*

**Oino Boe egore marigudu.**

*Assim os Boe dizem que acontecia antigamente.*

**Nota:** o Bope uma entidade envolvida em todos os processos de criação e transformação, como o nascimento, a puberdade, a morte. (PIB, 2024)

## Juko ro

### As façanhas do macaco



**Juko uture toika tabo, tuiadu kurugo apo.**

*O Macaco foi embora em sua canoa, com o seu companheiro Preá.*

**Ure tuge kuiada mugudo ika tada.**

*Ele colocou sua farinha de milho dentro da canoa*

**Kodore jii, Boe kare! Nowu kurugo rogu okwagere ji, okwagere ji, okwagere ji.**

*Andou longe aquele Preazinho comia, comia, comia.*

**Akore: "liadu, ieripo tabo nowu page kuiada kudu roguji; amode oiko, amode akeodo pago ikaji, amode pobo ceredo to, amode akaredo poboto, okoge emode tureo mugudo ai, amodukare akinorudo.**

*O Macaco disse: "Meu companheiro, devagar com a nossa comida de farinha de milho; tu roerás nossa canoa, tu farás entrar água nela, tu cairás na água, os dourados vão atacar-te tu não te salvarás.*

**Imi rema, imode itaredo poboto, imode ikana bu taci okoge koja poroto".**

*Eu porém, vou pular na água e vou enfiar meu braço na guelra do dourado”.*

**Ekodure jii... Okwagere ji, okwagere ji, okwagere ji; makore jitu, jitu, jitu, dukeje icare ure oiko.**

*Eles viajaram para longe ... e ele sempre comendo e o outro sempre falando, até que o Preá comeu tudo.*

**Icare kurugore kowu boe bokware.**

*Então o Preá não tinha mais nada para comer.*

**Dukejere icare ure toedo nowu ikaji, ju, ju, ju, tuge boi koia.**

*Aí então, ele roeu a canoa, de fome.*

**Icare juko akore pugeje: “liadu, ieripo tabo. Amode porodo ma, pobo mode ceredo to. Amode akaredo poboto. Okoge emode tureo mugudo ai, amodu kare akinorudo.**

*Então o Macaco disse de novo: “Meu companheiro, devagar. Se você furar a canoa, a água vai entrar nela. Tu pularás na água. Os dourados vão atacar-te e não te salvarás.*

**Imi rema, imode itaredo poboto, imode ikana bu taci, okoge koja poroto”.**

*Eu, porém, vou pular na água, e vou enfiar meu braço na guelra de um dourado”.*

**Kodure, kodure, kodure, dukejere icare ure nowu ika porodo. Pobo rere to jooo.**

*Depois de muito andar, ele furou a canoa. A água penetrou nela.*

**Boekare: Kurugore taredo poboto. Okoge ere tureo mugudo ji, ukare cinorudo. Okoge okwagere ji.**

*O Preá pulou na água. Os dourados o atacaram e ele não escapou. Um dourado o comeu.*

**Juko rema, ure taredo poboto, okogere tureo mugudo ji, ure tugana bu taci okoge koja poroto, kodure apo uru baruto. Ruture apo.**

*Mas o Macaco, pulou na água, os dourados o atacaram, ele enfiou o braço na guelra de um dourado e saiu à tona com ele. Subiu com ele.*

**Du kaere adugo aregodore. Icare Adugo akore: “liadu, iiadu, icare arade Okoge bito pageje?”**

*Entretanto chega a Onça. E a Onça disse: “Meu companheiro, meu companheiro, então você mataste um dourado para nós comermos?”*

**Juko akore: “Uu! ire okoge bito pageje, mare joru bokware epace”.**  
*O Macaco respondeu: “Sim! Matei um dourado para nós comermos, mas não tem fogo para ele”.*

**“Mare iadu, iiadu, akado, joru rece; arego joru kae, iiadu arego joru kae, pawo page okoge kowu”.**

*“Mas, meu companheiro, meu companheiro, olha, o fogo está lá; vai correndo pelo fogo, cunhado, vai pelo fogo, para assarmos nosso dourado”.*

**“Kaiba?”**

**“Onde?”**

**“Ema rice, ema rice o Uru kujagure oino”.**

*“Está lá, está lá. Ele é vermelho assim”.*

**Icare Adugo rekodore. Mugure jii je, dukejere icare aregodore.**

*Então a Onça correu (ao fogo). Demorou bastante e depois chegou.*

**Akore: “liadu, jorudu kare joruji, joru bokwa”.**

*Disse: “Meu companheiro, não encontrei o fogo, não há fogo”.*

**Joruji karega juko akoino. Meri joku Jire akoino. Meri joku aiwore mato tuibagi itura paru kajeje. Du jire juko akoino.**

*O Macaco não estava falando do fogo. Estava falando do brilho do sol. O brilho do sol olhava para cá através das árvores. Era dele que o macaco falava assim.*

**Mare Adugo, tumadadu okori koiare jo pagare tu, tuiadu juko bataroadae keje.**

*Mas a Onça, devida à sua grande tolice, caiu à toa na mentira de seu companheiro, o Macaco.*

**Icare Juko akore ji pugeje: “Akado, ema rice Padu jaere toro. Jae kuri toro bogai!”.**

*Então o Macaco lhe disse de novo: “Olhe, ei-lo lá. Está lá longe. (Vai logo lá longe por ele!”*

**Icare uture pugeje.**

*Então (a onça) foi de novo.*

**Dukejere icare ure tugera kagu toriru roguji ‘kh kh kh kh kh kh’.** *Ure jorugo tu je.*

*Áí então ele esfregou os paozinhos (de fazer fogo). E fez fogo.*

**Dukejere icare ure tuge okoge Ka girido, ure udo kowu: Kirimi, Kirimi, Kirimi dukejere icare kodure.**

*Aí então ele preparou seu dourado e o pôs para assar: foi virando, virando, aí ficou assado.*

**Dukejere icare ure boe bu kuda tu. Dukejere icare ure tuge okoge ko.**

*Depois colocou algo embaixo (folhas para depositar o peixe). Depois ele comeu seu peixe.*

**Ure Kowuje tu. Ure ra boe jeto pemegado tu je.**

*Ele comeu. (Depois) arrumou direitinho os ossos.*

**Rekodure tu toro, ia toro, boro, rutu nure woe, ture kowujewo bukajeje, woe baruto i oto kae.**

*Correu para um lado e outro, nada, sobe aqui (mesmo), por cima do lugar onde comeu, aqui para cima, na ponta da árvore.*

**Jii je, dukejere icare Adugo aregodore. Jurudu Kare ji.**

*Depois de muito tempo chegou a onça. Não o encontrou.*

**Kodi icare ure ceru kabi ‘gu gu gu’ uke ra kaguru boeji .**

*Então ela lambeu a gordurinha dos ossos.*

**Akore: “U! Kaiba kodure? Urade oiko! Kaboba joru bokwaie? ?m, ?m! Ema pa? la barigu kuri iiagi!”**

*Disse: “U! Para onde se foi? Eis que comeu tudo! Que é isso que não tinha fogo? ?m, ?m! Cadê? Queria engoli-lo logo!”*

**Dukeje icare Juko akore: “Goá, goá, goá!” Ino tumugui bokwadi tada, bukajeje.**

*Áí então o macaco exclamou: “Goá, Goá, Goá!” Assim (rindo) lá dentro do jatobá onde estava sentado, por cima (da onça).*

**Adugo akore: “Kajao! limode bakuru butudo bogai”.**

*A onça disse: “Espera! Eu vou lhe mandar uma ventania”.*

**Dukodi icare ure bakuru butudo bogai.**

*Áí mandou-lhe um a ventania.*

**Icare Juko kana kugudugodure, dukejere icare akore: “Goá, goá!”**

*Então depois que os braços do macaco estavam cansados, este exclamou: “Goá, goá!”*

**Akore: “Ii adu, ii adu, ikana kugudugodure, iwuduwo aiagi”. Oinore akore.**

*Disse: “Meu companheiro, meu companheiro, meus braços estão cansados, eu vou cair dentro da sua boca”. Assim falou.*

**Akore: “Ii adu, aia bari kurido, icare ikanare mito tu je, icare iwudumode, aia bari kurido!”.**

*Disse: “Meu companheiro, abre bem a boca, eis que só me resta uma mão, eu vou cair, abre bem a boca”.*

**Icare ore jeture tu Kimo.**

*Aí só lhe ficava o rabo. (Para segurar- se)*

**Icare Juko makogodure tuiadu ae pugeje. Akore: “Ii adu, ii adu, ika, aia bari pemegado, aia bari kurido itogi”.**

*Áí o macaco começou a suplicar de novo para o seu companheiro dizendo: “Meu companheiro, meu companheiro, arrume bem sua boca, abra bem a sua boca para mim”.*

**Dukodi icare Juko o rore taci, Kodo, jore toro Adugo jagi, ‘cuku’.**

*Depois então o rabo do macaco desprendeu-se e ele voou e desceu na boca da onça, ‘chiu’.*

**Ure togwa bu puwugeje pera gajeje; dukodi icare Adugore Juko, iwu inodu, remo tugurito.**

*A onça fechou os lábios atrás dele; do jeito que a onça engoliu o macaco, assim inteiro, que foi parar na barriga.*

**Icare ure Juko bito!**

*Então ela matou o macaco. (Assim pensava a onça)*

**Boekimo rema! Juko mearudae t’aborade buture jagi.**

*Dessa vez não! Foi pensando bem que o macaco se jogou na boca da onça.*

**Dukodi icare Adugo uture. Dukeje icare Jukore tamagadudo Adugo kuri tada.**

*Depois então a onça foi embora. Aí então o macaco se mexeu na barriga dela.*

**Adugo akore: “O! liadu, amedu butugudo”.**

*Disse a onça: “O! meu companheiro, fica quieto”.*

**Ure tumegido pugeje.**

*Ele se mexeu de novo.*

**Adugo akore: “O! liadu, umedu butugudo ikuri tada”.**

*A onça falou: “O! meu companheiro, fica quietinho dentro da minha barriga”.*

**Dukeje icare mearudaere tubuiogoboe rogu padui tuboru Keje duji.**

**Ure tumejodo ‘guu’, oinore roto ‘pai’ togia Kae.**

*Então ele pensou na sua faquinha que levava nas costas. Então sacudiu-se e a jogou para sua frente.*

**Icare akore: “Woere kuri jetumode woe, emareo”.**

*Aí falou: “A barriga dele deve ficar aqui. Está aqui”.*

**Jodo kuri keje ‘ja’ kuri bowuje ‘ta’.**

*Encostou (a faquinha) na barriga (da onça). Rasgou-lhe a barriga.*

**Dukodi icare Adugo buture apo tuwi tabo, icare jukore tudawuje kuri piji.**

*Por isso então a onça caiu com ele, morrendo, e então o macaco saiu da barriga dela .*

**Ica, ure Adugo bito.**

*Eis que ele matou a onça.*

**Icare ure kagirido, ure biri kidudo.**

*Então ele a preparou e secou a pele dela.*

**Icare ure rawuje, ure biri bo. Ure ia biri mega kogudo tao kajeje, ure ia kogudo c'ido kajeje tugera ra paru kajeje, tubea gajeje, tuje.**

*Depois ele a desceu (da árvore onde a estava secando) e cortou a pele. Colocou uma tira da pele na cabeça, amarrou outra no braço, outra no pulso, outra na cintura.*

**Ure arodo, ure aro kujagu maedodore, ure aro ekureu okodo kujagureu kae. Ure kuido aro awado.**

*Ele a enfeitou com penas. Colocou muitas penas vermelhas, e misturou penas amarelas com as vermelhas. Colocou muitas penas amarelas.*

**Dukaere paiwoe eiere Aedowu Enawu, Aedowu Enawudo.**

*Por isso que o clã dos Paiwoe tem o nome de Coroa de Couro de Onça Enfeitada.*



**Nogedu rogu mearutoru kareu**

O menino que não acredita.

*Marigudu Boe eedu paga kare.*

*Antigamente os Boe não ficavam atoas.*

**Boe emagurure jice, woje**

*Os boe faziam longas caçadas e pescarias, para lá e para cá.*

**Etaidu tabo tujeji, karoji, barogoji , nabureji, kuidoji, adugoji, aigoji, aipobureuji.**

*Procuravam alimento, peixes, mamíferos, araras vermelhas, araras amarelas, onças pintadas, onças pardas, jaguatiricas.*

**Etaidu tabo to motoji.**

*Eles gostavam de sua terra.*

**Icare Boe emugure.**

*E os Boe permaneciam (na aldeia).*

**Boe ere karo parudo, Boe ere barogo parudo .**

*Os Boe cantavam antes de uma pescaria e de uma caçada.*

**Areme jamedu, emerure jamedu, tuwororae bogai**

*Também as mulheres caminhavam para caçar alimentos para as almas.*

**Dukejere areme ekigodure e tore kugure, nogedu rogu, nogwaredu rogu boe, emugudo etuje pegamage ebo.**

*Então as mulheres frequentemente deixavam seus filhinhos meninos e meninas, com suas avós.*

**Enogituare tu ei egore: "Amugu tugudo tu paje pega apo, akera amagadu kaba boe etore ei. Akoragudu kaba, iwo aidu giriwo ma, itaregoduwo kuriye**

*Elas (as mães) os aconselhavam bem e diziam: "ficam comportado com a vovó, não mexas com as outras crianças, não chores, para eu ter sorte e poder chegar logo. (Os Boe acham que o choro da criança traz azar).*

**Oinore jaewu areme egore etorei.**

*Assim antigamente as mulheres falavam e seus filhos.*

**Etu paga kare taci epiji.**

*Não iam embora deles sem mais.*

**Icare Boe etore edure nono bai bioro tada etujarugo pegamege ebo**

*Então os filhos dos Boe ficavam lá na casa vazia, com as sogras.*

**Icare edure etujarugo pega apo.**

*Então eles ficavam com a sogra.*

**Egarere, erokowodore nono etujarugo pega apo rugadu.**

*Estavam alegres, brincavam lá junto com a sogra.*

**Etu kare jice, woje.**

*Não iam para um lado e para outro.*

**Etu kare jice, woje.**

*A sogra dizia: "Fica aí calmos"*

**Akore: "Pobo boi mode tai ma, pobo reo mugure pari tada".**

*Dizia: "Quando tiverdes sede, a água está no pote".*

**Icare ia Boe etonaregedu mearutoru kare.**

*Então um dos meninos não acreditou.*

**Aidure tuduwo jice podada, poboto.**  
*Quis ir lá ao trilho do rio.*

**Icare uture rugadu, tumearutoru bokwa koia.**  
*E foi mesmo, não acreditando. (nas palavras da avó)*

**Kudure jii toro poboto.**  
*Foi lá até o rio.*

**Icare nono ure taimo.**  
*Então lá tomou banho.*

**Nono Boe erudu kare inoba rore duji.**  
*Lá os Boe não viram como ele fez.*

**Kodi, icare returabode, okware poboto.**  
*Por isso ele rodou e sumiu na água.*

**Icare Boe etaregodure toe taba, itura piji .**  
*E os Boe chegaram da mata com suas coisas (armas).*

**Etore kugure egarere.**  
*As crianças ficaram alegre.*

**Egore: “Imuga aregodu, he hee, he hee”, tui tugera roto, para, para, je dutabo.**  
*Disseram: “Minha mãe está chegando, he, he, he, he”, movimentando as mãos.*

**Icare ia aredu akore: “Itonaregedu rogu pa?”**  
*Então uma das mulheres disse: “Onde está meu filhinho?”.*

**Icare paje pega akore: “Iorudu kare kao”.**  
*Então a vovó disse: “Eu não sei para onde correu”.*

**Qiogwarire tuwo taimo, mare inagore pori po muguie woe, mare mearutoru kare, kodi icare okware ia toro, ia toro.**  
*Gritou que ia tomar banho, mas eu disse que o pote da água estava aqui, mas não acreditou. Por isso está perdido por aí.*

**Icare areme eture poboto uce apo, taiwo tabo bogai**

*Então as mulheres foram com mãe dele ao rio para procurá-lo.*

**Icare erudure burea roguji.**

*Elas viram suas pequenas pegadas.*

**Burea rogu uture pobo okwato rugadu.**

*As pegadas iam mesmo ao rio.*

**Ere etuie maedo, mare boe kimore.** Erudu kare ji, erudu kare boeji.  
*Olharam por todos os lados, mas sem resultado. Não o viram, não viram coisa nenhuma.*

**Uce oragudu kuri cigore, uobe etoragadu kuri cigore bogai.**

*Sua mãe chorou muito, seus parentes choraram muito.*

**Icare aroe etaregodure itura piji jamedu, aroe enoe tabo.**

*E os caçadores-almas chegaram também da mata, com as armas (para a caçada) das almas.*

**Icare emagore eviegai oinoie boere, boe pemega kare tu Boe etonaregedu okwaei.**

*E contaram-lhes o acontecido, que a coisa não era boa, que um filho dos Boe tinha desaparecido.*

**Icare ime etaiwore bogai pugeje.**

*E os homens procuraram de novo por ele.*

**Ekodure jice, ekodure woje.**

*Correram para lá, correram para cá.*

**Iage ere pobo ao jodo joki bogai jii... Icare erudure ji.**

*Alguns desceram pelo rio para procurá-lo... E o viram.*

**Erudure roguji.**

*Eles viram o pequeno.*

**Tugere oino ia i butui pobo todú.** Itura tore jore tore tugure.

*Estava enganchado assim numa árvore caída na água. Ele tinha caído nos galhos, ficou nos galhos.*

**Kodi icare Boe erudure ji.**

*Por isso os Boe os viram.*

**Rogu bire marigudu, rogu bokware marigudu, rogu baredure.**  
*O pequenino tinha morrido, tinha desaparecido havia muito tempo.*  
*O pequeno tinha inchado.*

**Kodi icare jorudure jiwu ime egore:** “Orea, boe jokudu maga maga, boe awaro maga maga. Boe emago nure nogedu roguji, nogwaredu rogujj.

*E por isso que os homens que o viram disseram: “Olá há muita, muita desordem, há muita, muita falta. Os Boe aconselham os meninos e meninas”.*

**Egore: “?m, ?m. Marigo apo”.**

*Disseram: “?m, ?m. Vamos embora com ele”.*

**Ekodure apo eture tabo, etoragudu tabo jamedu.**

*Correram com ele, foram com ele chorando também.*

**Ekodure apo jii ba oiado, tuku je.**

*Correram com ele até o centro da aldeia.*

**Kodi icare Boe egare kare pugeje; Boe etaidu kare pugeje, Boe ekiarigodu nure.**

*E por isso os Boe não se alegraram mais; os Boe ficaram sem vontade, ficaram tristes.*

**Kodi icare boe eimejera akore:** “Boe etore tamearutoru bokwa remawu nure taomage, tajemage ewadaruji”.

*E por isso o chefe falou: “Filhos dos Boe, vós realmente não acreditais em vossos pais e vossas mães”.*

**Akore: ·”?m , ?m”**

*Disse: “m, ? m” (gemido de tristeza).*

**Makore tumedagei, akore: “Taburedo mato”.**

*Falou aos seus companheiros e disse: “Aproximai-vos aqui”.*

**Icare ure turagojedo Roia Kurireu tabo.**

*E ele se levantou para executar o Canto Grande. (próprio dos funerais).*

**Dukodire Boe e nogituware nogedu roguji, nogwaredu roguji, oinore duji.**

*Por isso os Boe aconselham os meninos e as meninas dizendo que as coisas foram assim.*

**Oino, turugadu.**

*É assim, assim mesmo.*

**Nota:** Os bakaru, e parte das imagens, foram retirados do livro “Boe eno bakaru”, de 1983. A seleção, assim como o texto sobre bakaru, foi realizada por Bruna Rosa de Andrade; Célia de Souza Rodrigues; Jaderson Luiz de Jesus Souza; Kamila Soares; Thalita Soares Viedes; Thalles Alemandro Pereira da Silva e Thyago Raysaro Leiva

# Referências

ADUGOENAU, Félix Rondon. **Saberes e fazeres autóctones do povo bororo**: contribuições para a educação escolar intercultural indígena. 2015. 119 f. Orientadora: Profª. Drª. Beleni Saléte Grando. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

ARDENGHI, Ricardo Pael. ACP Demarcação TI Tereza Cristina. **Ministério Público Federal**, 3 de julho de 2018. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/Documentos%20para%20link/ACP\\_Mora\\_Demarcao\\_TITerezaCristina.pdf](https://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/Documentos%20para%20link/ACP_Mora_Demarcao_TITerezaCristina.pdf)

ARINI, Juliana. Os últimos Indígenas do Pantanal e o segundo fim do mundo. **SUMAÚMA**, 10 outubro 2024. Disponível em: <https://sumauama.com/guato-boe-bororo-ultimos-indigenas-pantanal-segundo-fim-mundo/>

BOROROS (Meruri). **Boe eno bakaru** – lendas bororo. [Sl: Sn], 1983. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/boe%20eno%20bakaru%20-%20lendas%20bororo.pdf>

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CEDIPP. Projeto Bakaru - Dramatização dos mitos bororo - Produção Partilhada do Conhecimento. **YouTube**, Canal DIVERSITAS FFLCH - ECA / USP, 16 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e1MUaMudNho>

ECOLOGIA E AÇÃO. Pantanal. Mais de 166 mil hectares de áreas indígenas são devorados pelo fogo na primeira quinzena de agosto. **Ecoa**, 15 de agosto de 2024. Disponível em: <https://ecoa.org.br/pantanal-mais-de-166-mil-hectares-de-areas-indigenas-sao-devorados-pelo-fogo-na-primeira-quinzena-de-agosto/>

IBGE. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência IBGE**, 27 de outubro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/pt/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/os-indigenas-no-censo-demografico-2010#:~:text=O%20Censo%202010%20reveleu%20que,do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.%5D>

KIGA, Neimar Leandro Marido. **PINTURAS FACIAIS BOE**: máscaras sociais da identidade e alteridade de um povo. 2021. 124 f. Orientador: Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPG em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. **Futuro ancestral**. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

\_\_\_\_\_. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

MAKUDA, Adriano Boro. Direito ao espaço memorial Boe-Bororo (Jarudóri). **Americanía** – Revista de Estudios Latinoamericanos, Nueva Época (Sevilla), Número Especial, noviembre 2017. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/americania/article/view/2858/2253>

\_\_\_\_\_. **Direito ao espaço memorial Bóe-Bororo**. 2018. 127 f. Orientador: Profa. Dra. Carmen Lucia da Silva. Dissertação (Mestrado

em Antropologia Social) – PPG em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

MAPA... MT – Sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso. **Mapa de conflitos**, Fiocruz, 10 de outubro de 2009. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mt-sofrimento-e-perseguicao-do-povo-bororo-no-mato-grosso/>

MPF (Assessoria). Justiça reconhece direito de indígenas da etnia Bororo à posse sobre a TI Jarudore em Mato Grosso. **Conselho Indigenista missionário**, 08 de julho de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/07/justica-reconhece-direito-de-indigenas-da-etnia-bororo-a-posse-sobre-a-ti-jarudore-em-mato-grosso/>

PIB. Boe (Bororo). **Povos indígenas no Brasil**, 24 de Setembro de 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>

SANFORD, Carol. Juiz federal concede recurso ao Estado e famílias permanecem em área. **Procuradoria Geral do Estado**, 26 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.pge.mt.gov.br/-/13065372-juiz-federal-concede-recurso-ao-estado-e-familias-permanecem-em-area>

**Site Terras indígenas no Brasil.** Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>

SOUZA, Leila Aparecida de. Bakaru: conceitos e Manifestações numa comunidade bororo. Unila, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2013. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/3005acd2-a7f4-4c6b-b2f2-9da8fb2a1af9/content>

TUBAIKARE, Sandro. **Reflexões sobre o menino de Tadarimana dentro da cultura Bororo**. 2016. 31 f. Orientadora: Profa. Ma. Dulcilene Rodrigues Fernandes. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia Intercultural, Faculdade Intercultural Indígena, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, 2016. Disponível em: <https://portal.unemat.br/media/files/SANDRO.pdf>



Esse é um livro de pessoas apaixonadas pelo que fazem! É o resultado do trabalho de estudantes do curso de História, da Universidade Federal de Rondonópolis, que nas suas trajetórias formativas abraçaram a perspectiva da interculturalidade, da diversidade e do trabalho coletivo.

Nessa perspectiva dialógica, buscamos ultrapassar os muros da universidade e compartilhar um pouco sobre as riquezas da cosmopercepção da etnia Bóe, especialmente a partir dos bakaru compartilhados entre diferentes gerações e que, agora, podem ser acessados neste livreto.

Esperamos que as histórias possam não apenas encantar, mas despertar o interesse por esse povo que habita o território de Mato Grosso há séculos e séculos.

Boa Leitura!



Apoio

